

**Acessibilidade nos Centros e Museus de Ciências
do Rio de Janeiro para pessoas com Transtorno
do Espectro Autista**

Ana Lucia de Albuquerque Moniz

Mesquita
2023

ANA LUCIA DE ALBUQUERQUE MONIZ

**Acessibilidade nos Centros e Museus de Ciências do Rio
de Janeiro para pessoas com Transtorno do Espectro
Autista**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao IFRJ/campus Mesquita,
como cumprimento parcial das
exigências para conclusão do curso.

Orientadora: Profa. Dra. Grazielle
Rodrigues Pereira

Mesquita
2023

ANA LUCIA DE ALBUQUERQUE MONIZ

Acessibilidade nos Centros e Museus de Ciências do Rio de Janeiro para pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal do Rio de Janeiro/campus Mesquita, como requisito parcial para a obtenção do grau de especialização em Neuroeducação.

Aprovado em 19/12/2023.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 GRAZIELLE RODRIGUES PEREIRA
Data: 19/12/2023 15:05:39-0300
Verifique em: <https://validar.dig.gov.br>

Prof.ª Dra. Grazielle Rodrigues Pereira - (Orientadora)
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Documento assinado digitalmente
 ANA RITA GONÇALVES RIBEIRO
Data: 19/12/2023 15:06:55-0300
Verifique em: <https://validar.dig.gov.br>

Prof.ª Ma. Ana Rita Gonçalves Ribeiro de Mello - (Membro Interno)
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Documento assinado digitalmente
 GABRIELLA LUCIANO CAETANO
Data: 19/12/2023 15:04:33-0300
Verifique em: <https://validar.dig.gov.br>

Prof.ª Ma. Gabriella Luciano Caetano - (Membro Externo)
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

M744a Moniz, Ana Lucia de Albuquerque.
Acessibilidade nos Centros e Museus de Ciências do Rio de Janeiro para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.– Rio de Janeiro: Mesquita, 2023

47 p.

Trabalho de Conclusão (Curso Especialização em Neuroeducação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*) do IFRJ / Campus Mesquita, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Grazielle Rodrigues Pereira

1. Inclusão. 2. Espaço não formal. 3. Museus de Ciências.
4. Transtorno do Espectro Autista. I. Moniz, Ana Lucia de Albuquerque.
II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

TCC/IFRJ/CMesq/Neuroeducação/PG

Acervo Campus Mesquita
Ficha catalográfica elaborada por
Marcos F. de Araujo.
CRB7 / 3600.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todo cuidado e proteção.

À minha família, cujo apoio e estímulo constante foram fundamentais para que eu pudesse permanecer nessa caminhada. Aos colegas de turma, agradeço pelos diálogos e pelas amizades construídas ao longo do percurso.

Agradeço também aos colegas de trabalho, que contribuíram para que eu pudesse concluir esta especialização. Quero expressar minha gratidão aos Centros e Museus de Ciência visitados, como o Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, Casa da Ciência e Espaço Ciência Viva, por me acolherem tão bem e aceitarem ser entrevistados, contribuindo assim para a realização da minha pesquisa.

Ao Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) - Campus Mesquita agradeço pela oportunidade de qualificar e me especializar em Neuroeducação. Um agradecimento especial à minha orientadora, Grazielle, por sua orientação e confiança no meu trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os envolvidos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para minha formação.

RESUMO

Este estudo investiga as estratégias de acessibilidade adotadas por três Centros e Museus de Ciências no Rio de Janeiro para atender às necessidades de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa emprega entrevistas semi-estruturadas como instrumento da pesquisa e a Análise de Livre Interpretação (ALI) como ferramenta de análise. Ao examinar as entrevistas com gestores e coordenadores de museus, como o Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, Casa da Ciência e Espaço Ciência Viva, identificamos uma conscientização crescente sobre a importância da acessibilidade para indivíduos com TEA. No entanto, constatou-se que as estratégias de acessibilidade ainda estão em processo de desenvolvimento ou, em alguns casos, ausentes. Apesar dos desafios estruturais e da necessidade de capacitação, os profissionais dos museus demonstram interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, ao mesmo tempo em que reconhecem as fragilidades em sua formação e demonstram um compromisso em aprimorar práticas para garantir uma experiência mais inclusiva e educativa para todos os visitantes, incluindo aqueles com TEA.

Palavras-chave: Inclusão. Espaço não formal. Museus de Ciências. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

This study investigates the accessibility strategies adopted by three Science Centers and Museums in Rio de Janeiro to meet the needs of people with Autism Spectrum Disorder (ASD). Using a qualitative approach, the research uses semi-structured interviews as a research instrument and Free Interpretation Analysis (ALI) as an analysis tool. When examining interviews with managers and coordinators of museums, such as Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, Casa da Ciência and Espaço Ciência Viva, we identified a growing awareness of the importance of accessibility for individuals with ASD. However, it was found that accessibility strategies are still in the development process or, in some cases, absent. Despite the structural challenges and the need for training, museum professionals demonstrate an interest in deepening their knowledge on the topic, while recognizing weaknesses in their training and demonstrating a commitment to improving practices to ensure a more inclusive and educational experience for all visitors, including those with ASD.

Keywords: Inclusion. Non-formal space. Science Museums. Autism Spectrum Disorder.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS	19
2.1 Objetivo Geral	19
2.2 Objetivos Específicos	19
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3.1 O que se entende por Transtorno do Espectro Autista (TEA)	20
3.2 Sobre Acessibilidade	21
3.3 Acessibilidades nos Centros e Museus de Ciências	22
4. METODOLOGIA	27
4.1 Locais de estudo	28
4.2 Participantes da pesquisa e instrumentos para coleta de dados	29
4.3 Ferramenta para análise de dados	30
5. RESULTADOS	32
6. DISCUSSÃO	40
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	47

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes espaços sociais vem sendo objeto de promoção de políticas públicas afirmativas na tentativa de fazer com que a sociedade inclua, em diferentes espaços, tempos e instituições, aqueles que foram colocados a uma condição de minoridade social e intelectual e, ao mesmo tempo, tidos sob estereótipos na condição de um atendimento restritamente especializado.

Para Crochík (1997, p. 13):

É preciso dizer que a diferença não é necessariamente fruto do preconceito, pois, quando ela é reconhecida como essência da humanidade, e não como exceção da regra, permite a própria elaboração do conceito. A diferença expressa o humano na arte; a diferença é excluída do conceito na ciência, fazendo com que o próprio conceito traga consigo a possibilidade do preconceito, se este é caracterizado como aversão àquele que é diferente. O universal buscado pela arte vai se compondo a partir de cada avaliação subjetiva; a obra de arte extrapola a subjetividade inicial que a contém. O conceito científico propõe a generalização para os elementos da mesma espécie, e a generalização é outro elemento presente no preconceito.

Assim, a inclusão de pessoas com alguma diferença humana, seja ela sensorial, intelectual, motora, de comportamento ou qualquer outra forma, fez com que, nos últimos 40 anos, entidades de classe, representações de pais e os próprios indivíduos buscassem ser incluídos de fato em sociedade. Isso não se diferencia dos espaços formativos como, por exemplo, centros de pesquisas e museus, como citado pelo Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020, (BRASIL, 2010).

No caso deste estudo, procurou entender como os Centros e Museus de Ciências do Rio de Janeiro acolhem as diversidades, no caso específico das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a pesquisa foi direcionada para identificar quais as ações e atividades que estão sendo feitas para incluir os visitantes com TEA, levando a este estudo.

Segundo o Estatuto de Museus, na lei nº 11.904, em seus artigos 2 e 35:

No artigo 2, [...] V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização a diversidade cultural.

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Para Noberto Rocha et al (2021, p.78) a contribuição do conhecimento científico na formação do cidadão é importante para uma compreensão científica apropriada de mundo. Por isso, no entendimento de que todos, especialmente pessoas autistas em idade escolar, precisam acessar integralmente o conhecimento científico de forma inclusiva, didática e curricularmente, os museus e centros de ciências também precisam se adequar às dimensões próprias dos níveis de apoio necessário a esse público.

Através da revisão da literatura e busca por dados para fundamentar esta análise, o estudo tende a apontar diversas possibilidades pelas quais essas instituições podem favorecer o desenvolvimento social e intelectual das pessoas com TEA.

Levando em consideração a situação das pessoas com TEA nos dias de hoje requer não apenas entender os avanços cruciais nas políticas públicas, mas também reconhecer os retrocessos históricos. A história da humanidade revela padrões persistentes de exclusão, refletidos na falta de preparo de profissionais para acolher indivíduos com TEA, com a justificativa de não serem preparados para tal.

Assim, à luz de Sasaki (2012), as etapas históricas que envolvem exclusão, segregação, integração e inclusão não podem ser consideradas como progresso linear, já que essa trajetória não se reflete nas práticas diárias. Se fosse o contrário, veríamos a plena inclusão em todas as áreas, o que na prática não acontece de fato. Por esses motivos, entender o caráter contraditório que envolve a inclusão e adaptação do conhecimento científico nos diferentes espaços e Centros e Museus de Ciência mundo afora, incluindo o Rio de Janeiro, um exemplo dos inúmeros desafios que os sistemas e instituições que precisam ainda alcançar.

Assim, mesmo considerando as contribuições históricas dos tratados internacionais em que o Brasil faz parte como, por exemplo, a Declaração de Jomtien (TAILÂNDIA, 1990) e a Declaração de Salamanca (SALAMANCA, 1994) como marcos históricos fundamentais para a inclusão de todas as pessoas com deficiência, ainda há muito a fazer. A partir desses tratados fundamentais nas décadas de 1990, as políticas públicas de inclusão como, por exemplo, a lei Berenice Piana que trata dos direitos da pessoa com transtorno

do espectro autista, Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012)¹ abrangendo aspectos cruciais, que reconhece do indivíduo com Teia como pessoa com deficiência, como os caracteriza e estabelece medidas visando à integração das pessoas com TEA no âmbito educacional, são exemplos de alguns ganhos em sociedade.

Porém, apesar disso, as necessidades fundamentais básicas que envolvem as relações de aprendizado e acesso à formação nos diferentes espaços sociais ainda é um desafio. Por isso, entender como os Centros e Museus de Ciência do Rio de Janeiro compreendem e se desdobram na prática das garantias legais faz deste estudo algo importante quanto à conscientização social sobre a inclusão.

Portanto, apesar dos dispositivos legais e do arcabouço brasileiro que garante uma série de direitos fundamentais quanto ao acesso e permanência nos diferentes espaços públicos e, a busca permanente de eliminação de barreiras atitudinais faz com que, o acolhimento da pessoa com TEA seja cada vez mais participativo socialmente. Por isso, trata-se de um caminho teórico e prático que pertence a todos e não apenas às instituições educacionais.

O que se quer é ultrapassar as classificações diagnósticas e estatísticas que envolvem os dispositivos médicos e normativos sobre o autismo, pois, o racismo e o preconceito estruturalmente é ainda a fonte maior que impede os autistas de serem incluídos, muito mais do que uma mera classificação.

Problematizar as raízes do preconceito é relevante e, segundo Arendt (2012, p. 152-153):

[...] um preconceito genuíno sempre esconde algum juízo anteriormente formado que em sua origem teve uma base apropriada e legítima na experiência e evoluiu como preconceito por ter sido arrastado ao longo do tempo, sem ter sido reexaminado ou revisto. Nesse aspecto, expressar um preconceito é coisa bem diferente de "dar um palpite". [...] O perigo do preconceito é o fato de sempre estar ancorado no passado – tão notavelmente bem ancorado, muitas vezes, que não só antecipa e bloqueia o juízo, mas também torna impossíveis tanto o próprio juízo quanto a autêntica experiência do presente. Para dissipar os preconceitos, devemos primeiramente descobrir dentro deles os juízos passados, ou seja, desvelar a verdade que possam conter.

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em 28 de Jun de 2023

A partir dessa perspectiva, o objetivo maior deste estudo é entender como as instituições científicas favorecem as adaptações do conhecimento dentro das demandas específicas de pessoas com TEA.

Por isso, indo além das políticas e encontrando as práticas é que se pode perceber como culturalmente a inclusão faz parte das experiências sociais.

Logo, superando os diagnósticos e classificações, apesar de sua importância da garantia de direitos, o espectro de acessibilidade é cada vez maior quando observado os traços individuais de cada pessoa autista que acessa esses museus e espaços de ciência. Assim, entendendo a relevância do tema este estudo envolveu-se na caracterização da formação dos profissionais que atuam nessas instituições e, ao mesmo tempo, o modo como as rotinas e cotidianos se apresentam no apoio à acessibilidade e inclusão (LEYTON, 2018).

Este estudo se justifica pela alta incidência de nascimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e, ao mesmo tempo, maior visibilidade desse público. Esse aumento de interesse, que não era tão comum em décadas passadas, tornou o autismo um tema relevante a ser examinado por diversas perspectivas.

Assim, a busca por conhecimento no acolhimento a estes indivíduos é fundamental, pois, conforme dados do Centro de Controle de Doenças e Prevenções (CDC)² nos Estados Unidos verifica-se, conforme o último relatório publicado no mês de março de 2023, 1 em cada 36 crianças tem o diagnóstico de TEA³. Este estudo se deu com o público de crianças de 8 anos de idade e tem sido publicado nas atualizações recentes.

O que é interessante ressaltar é o aumento contínuo de identificação de crianças com TEA e, com base nessa observação, compete às instituições se adequarem ao acolhimento dessas crianças. Nos ambientes científicos, esses espaços desempenham um papel crucial, tanto do ponto de vista histórico

2 Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w
Acesso em 28 de Maio de 2023

3 Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w
Acesso em 28 de Maio de 2023

quanto na maneira como colaboram por meio de parcerias com instituições educacionais.

Por isso, quanto mais adequação e adaptação do conhecimento nos âmbitos didático-curriculares, mais será possível ampliar a base de formação destes estudantes. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146/15, (BRASIL, 2015), reafirma uma série de direitos como pode ser visto em seu Art. 2º:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A partir dessa lei, dada sua importância em correlacionar os interesses da comunidade de pessoas autistas, pais, professores, pesquisadores, e tantos outros às demandas sociais, outras legislações vêm surgindo especificando aquilo que é cada vez mais necessário.

No ano de 2020, por exemplo, a Lei Nº 13.977, (BRASIL, 2020, p.1), permitiu a criação da carteira de identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), na busca de garantias como, por exemplo, a prevista no Art. 3º-A:

Com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Portanto, é importante superar a abordagem que se restringe ao diagnóstico de pessoas com TEA no contexto da educação no Brasil. Esta questão não diz respeito apenas às instituições de ensino, mas também, como no caso mencionado, aos Centros e Museus de Ciências. Por isso, a discussão vai muito mais além, pois envolve a acessibilidade quanto aos recursos e estratégias utilizadas durante as visitas.

Nesse aspecto, previsto na Lei nº 13.146, (BRASIL, 2015), em seus artigos 42, 43 e 77:

Art. 42. § 1º É vedada a recusa de oferta da obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento.

Art.43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais [...] II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por

pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo.

Art. 77. O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.

No que tange a inclusão nos Centros e Museus de Ciências, o grupo de pesquisa e estudos MCCAC (Museus e Centros de Ciências Acessíveis) dedicado a abordar desafios relacionados à acessibilidade e inclusão social em museus, e os membros desse grupo estão vinculados a diferentes instituições do Rio de Janeiro e São Paulo. A equipe conduziu um levantamento de artigos e outras publicações sobre acessibilidade, museus e divulgação científica, abrangendo o período de 1926 a 2020. Durante a pesquisa sobre a temática do Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre os anos de 2015 e 2020, foram identificados dez artigos relacionados a esse tema. As informações apresentadas no quadro são de autoria própria e foram organizadas com base nessa pesquisa.

Quadro 1: Trabalhos acadêmicos relacionados a pessoas com TEA.⁴

Ano	Artigos publicados	Artigos relacionados ao TEA	Título	Autores
2015	31	0		
2016	38	4	Considering the Museum Experience of Children with Autism.	Taylor Kelsey Kulik; Tina Sue Fletcher
			Social participation of families with children with autism spectrum disorder in a science museum.	Alexander Lussenhop; Leigh Ann Mesiti; Ellen S. Cohn; Gael

⁴ Disponível em: <https://grupomccac.org/publicacessibilidade/> Acesso em 6 de Novembro de 2023

				I. Orsmond; Juli Goss; Christine Reich; Allison Osipow; Kayla Pirri; Anna Lindgren- Streicher
			Museum Education for Children with Disabilities: Development of the Nature Senses Traveling Trunk.	Hyojung Cho; Anna Jolley.
			Engaging Children with Autism at Historic Sites: Developing an Audience-appropriate Curriculum.	Ansel Lurio
2017	50	2	Artigo: Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca.	Marcos Pastana Santos; Cládice Nóbile Diniz; Ediclea Mascarenhas Fernandes
			Supporting Transitions: Cultural Connections for Adults with Autism	Aliza Greenberg; Sheri

			Spectrum Disorders.	Levinsky-Raskin.
2018	69	0		
2019	60	3	(Re) pensando a acessibilidade em ambientes culturais para pessoas com deficiência visual e Transtorno do Espectro Autista.	Michele Morgane de Melo Mattos; Sídio Werdes de Sousa Machado; Cristiane Rodrigues Vieira; Ruth Maria Mariani Braz; Viviane de Oliveira Freitas Lione.
			Ocio inclusivo para personas en el espectro del autismo: algunas experiencias en museos.	Carmen Molina Villalba.
			Finding Museum Visitors with Autism Spectrum Disorders: Will Art Help In The Search?	Anthony Wayne Woodruff.

2020	48	1	La accesibilidad en los museos españoles: evaluación de programas de educación patrimonial para personas con TEA.	Laura Pablos González Olaia Fontal Merillas
------	----	---	--	--

Fonte: Autoria própria com base nos dados Grupo Museus e Centros De Ciências Acessíveis; (MCCAC, 2023).

Na seção de Publicações do MCCAC⁵, encontra-se um Livro Digital intitulado "Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios" (Romero, 2021). O capítulo 4 deste livro trata de uma pesquisa específica voltada para Transtorno do Espectro Autista (TEA), "Transtorno do Espectro Autista: Autismos nos museus". No estudo a autora propaga o conhecimento sobre o transtorno do espectro autista (TEA), abordando sua história, legislação e práticas de inclusão em museus. Enfatiza a importância de projetar ambientes culturais acessíveis para receber pessoas com deficiência, propondo práticas que vão desde a sinalização visual até a comunicação e interação com os visitantes.

Portanto, é fundamental perceber a relevância deste estudo e seu caráter inovador, pois a partir de uma revisão de literatura e busca, no banco do MCCAC, pode-se perceber que poucos são os estudos que envolvem essa relação entre a acessibilidade nos Centros e Museus de Ciências e o TEA. Logo, o que se quer é apontar a relevância do tema enquanto contribuição fundamental para o desenvolvimento desses alunos.

Enquanto problema da pesquisa, este estudo busca maior compreensão sobre o acolhimento e trabalho realizado pelos profissionais dos museus quando atende os alunos com TEA. Isso envolve, por exemplo, locais específicos com propostas lúdicas e criativas na adaptação do conhecimento que é trabalhado durante a visita respeitando a especificidade de cada indivíduo.

5 Disponível em: <https://grupomccac.org/publicacoes/> Acesso em 28 de outubro de 2023

Nesse aspecto, é importante, por exemplo, em visitas escolares, que os profissionais que se responsabilizam pelas instituições escolares apontem aos gestores e profissionais dos museus o público que receberão. Noberto Rocha et al (2021, p.80) alude sobre a demanda por uma adaptação da linguagem que atendesse às particularidades e características individuais de um grupo específico, nesse caso pessoas com TEA. Isso é fundamental para que programas e projetos sejam implementados na busca de maior relação entre aquilo que o museu deseja oferecer e as possibilidades linguísticas e comunicacionais de cada aluno.

Isso é importante, à luz da Lei nº 11.904, (BRASIL, 2009) que institui o estatuto dos museus, em seu Art. 2, alínea “V” indica ser fundamental que os museus garantam “a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural” e em seu Art.35, “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos,” além do previsto no Art. 118 da Lei Nº 13.146/2015 quando afirma que museus devem garantir “acessibilidade a todas as pessoas”. É crucial reconhecer e destacar os impactos das leis para uma abordagem científica e metodológica.

Diante do exposto, esse estudo buscou responder a seguinte questão como está sendo o acolhimento e trabalho realizado pelos profissionais dos museus quando atende os alunos com TEA? Para responder essa questão apresentaremos a seguir os objetivos desta pesquisa.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar as estratégias de acessibilidade adotadas por três Centros e Museus de Ciências do Rio de Janeiro para atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar como os profissionais que trabalham nos Centros e Museus de Ciências no Rio de Janeiro recebem formação continuada para atuarem no acolhimento das pessoas com TEA.
2. Compreender, a partir das narrativas dos sujeitos participantes do estudo, como a acessibilidade nos Centros e Museus alcança didaticamente os visitantes com TEA.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O que se entende por Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Conforme o manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), enquanto guia de referência observa-se que os padrões e critérios de diagnóstico de transtornos mentais desenvolvidos pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), sempre surgem atualizações e vem sendo a consulta fundamental quando pesquisas que envolvem sobre esse tema, recentemente passou por uma revisão em 2023, resultando no DSM-5 TR, apresentado pela (APA, 2023).

Nessa atualização o texto foi ajustado para eliminar diversas interpretações. Por exemplo, no critério A, que aborda os déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, houve uma mudança destacando a necessidade de apresentar todos os três aspectos desse critério, além de especificar se há ou não comprometimento intelectual e da linguagem ambos concomitante e se está associado há alguma condição médica, genética ou por algum fator ambiental.

O DSM permitiu, e tem permitido, um melhor entendimento das diferentes necessidades da pessoa com Transtorno do Espectro Autista para que a sociedade pense nas políticas e práticas de inclusão.

Destarte, o Transtorno do Espectro Autista como transtorno do neurodesenvolvimento, está presente ainda na infância, tendo características próprias como, por exemplo, déficits na comunicação e interação social, movimentos estereotipados com padrões repetitivos e interesses restritos em determinadas atividades, as manifestações variam de acordo com do nível de desenvolvimento, idade cronológica e da gravidade da condição autista, apontando aquilo que vem sendo considerado como “espectro” (APA, 2023). Embora as classificações sejam necessárias para orientar as práticas profissionais, elas não devem limitar a compreensão da diversidade e individualidade das pessoas envolvidas, pois, como se sabe, cada indivíduo tem sua história e trajetória.

Também, entendendo tanto na comunicação social quanto comportamentos restritivos e repetitivos os três níveis de suporte, no Nível 1,

‘Exigindo Apoio’, Nível 2 ‘Exigindo Apoio Substancial’ e Nível 3 ‘Exigindo Apoio Muito Substancial’, permitiu, conforme DSM-5 TR (2023, p. 58), que esses níveis indicassem a necessidade de maior ou menor adequação do conhecimento científico nos diferentes espaços. Isso porque, dependendo do nível de suporte é fundamental que o apoio se dê dentro de padrões metodológicos e sugestões mais específicas.

3.2 Sobre Acessibilidade

De acordo com as legislações brasileiras, todas elas enfatizam a importância da acessibilidade linguística, arquitetônica, estrutural como forma de demonstrar a relevância da acessibilidade para que todas as pessoas encontrem maiores oportunidades. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº. 13.146, no art. 3º, inciso I, (BRASIL, 2015), o conceito de acessibilidade pode ser entendido como:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu capítulo que trata dos direitos da pessoa com deficiência, no título ‘Da educação especial’ reforça a obrigatoriedade do Estado e das instituições em garantir a adequada acessibilidade às pessoas com TEA.

Portanto, a busca de serviços, espaços e processos que tenham acessibilidade para eliminar barreiras. Isso implica em compreender com mais especificidade o que as barreiras significam e quais são as barreiras pensadas na legislação brasileira como, por exemplo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência que, em seu art. 3º, inciso IV, define barreiras como:

Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Diante do exposto, sobretudo no que tange a legislação brasileira, apresentaremos a seguir um breve debate acerca da inclusão de crianças e demais pessoas em espaços de educação não formal como os Centros e Museus de Ciências.

3.3 Acessibilidades nos Centros e Museus de Ciências

Segundo o Instituto Português de Museus, Coleção Temas Museologia. Museus e Acessibilidade, a Acessibilidade é:

[...] aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitetônicos, mas vai muito além, uma vez que toca outras componentes determinantes, que concernem aspectos intelectuais e emocionais: acessibilidade da informação e do acervo. Uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objetos expostos num ambiente favorável. Para, além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida (Instituto Português de Museus, 2004, p.39).

Para Sarraf (2021), a acessibilidade universal nos museus de ciências busca eliminar barreiras em todas as áreas, desde exposições até serviços e programas educativos, visando tornar esses ambientes acessíveis a todos e promover a autonomia das pessoas.

No âmbito do acesso aos museus de ciências, a acessibilidade deve ser considerada de forma universal, para que as pessoas com deficiência e novos públicos sejam beneficiados por concepções que melhorem o acesso físico, comunicativo, informacional, atitudinal para

garantir experiências inclusivas e que corroborem o direito de participar dos benefícios da difusão científica(SARRAF, 2021, p.16).

Duarte e Cohen (2013) evidencia o conceito de acessibilidade plena de que vai além do espaço físico, englobando atitudes, metodologias, instrumentos, comunicação e programação.

A acessibilidade plena significa considerar mais do que apenas a acessibilidade em sua vertente física e prima pela adoção de aspectos emocionais, afetivos e intelectuais indispensáveis para gerar a capacidade do lugar de acolher seus visitantes e criar aptidão no local para desenvolver empatia e afeto em seus usuários (DUARTE; COHEN, 2013, p.2).

Sarraff (2013) conceitua acessibilidade em instituições culturais como:

A acessibilidade em espaços culturais [...] não se restringe a garantir o direito de ir e vir. O benefício das práticas e linguagens acessíveis deve colaborar para que os indivíduos se sintam acolhidos, tenham o desejo de permanecer, participar e considerar os espaços culturais opções de lazer e cultura indispensáveis em sua agenda. O conceito de acessibilidade também exige a autonomia do indivíduo em todos os espaços, serviços e produtos culturais oferecidos, premissas que contribuem com a garantia de direitos básicos dos cidadãos. (SARRAF, 2013, p. 58).

Dawes (2015, p. 17) afirma que “a acessibilidade no museu visa concretizar o compromisso e assegurar as ações das necessidades e interesses dos diferentes públicos como possibilidade de melhoria de acesso” é importante garantir que pessoas com transtorno do espectro autista tenham acesso a todos os espaços, como Centros e Museus de Ciências. Para que haja a inclusão ao assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças humanas, possam participar e usufruir dos ambientes culturais e científicos de maneira equitativa.

Ribeiro (2014) relata que é preciso envolver o público nos Centros e Museus para que se possam explorar esses espaços, considerando acessibilidade física, comunicacional e atitudinal.

No que concerne ao processo museológico, a acessibilidade precisa ser construída com o objetivo de trazer para dentro de suas arraias, até mesmo aqueles que ainda não se percebem como público, para, dessa forma, promover a fruição desse espaço, mediante remoção de obstáculos atitudinais, arquitetônicos e comunicacionais e, assim,

visar à equiparação das oportunidades a todos os públicos (Ribeiro, 2014, p. 30).

Conforme pontua Sabino (2017, p. 239), a “acessibilidade em exposições diz respeito ao acesso ao conteúdo, à fruição do patrimônio, à experiência do visitante”. Essa acessibilidade é extremamente relevante para a autonomia nos diferentes espaços e ambientes como aponta Sarraf (2013, p. 59):

A acessibilidade pode ser compreendida como uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos, independente de suas limitações físicas e sensoriais. [...] A acessibilidade aplicada aos espaços culturais indica que todas as esferas envolvidas no acesso ao patrimônio cultural, isto é, as exposições, sejam elas temporárias ou de longa duração; [...] todos os demais serviços básicos e eventuais oferecidos aos visitantes devem estar ao alcance de todos os indivíduos, perceptíveis a todas as formas de comunicação e com sua utilização de forma clara, permitindo a autonomia dos usuários.

Assim, os espaços culturais e museus, como representantes do patrimônio cultural, precisam promover a inclusão. Isso porque, nem todos os indivíduos têm durante suas trajetórias de vida os mesmos acessos e oportunidades de formação, demonstrando o caráter excludente da sociedade.

Os museus para serem acessíveis, portanto, precisam que seus serviços estejam adequados para serem alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, independentemente de sua condição física ou comunicacional (SARRAF, 2008, p.38).

Para Martins (2013) há três conceitos fundamentais de acessibilidade em museus sendo eles: de espaço, de informação e atitudinal, a acessibilidade informacional que tem como conceito “o de encontrar estratégias e instrumentos para um público específico, que enriqueçam e facilitem tanto a experiência como a aprendizagem dos conteúdos de uma coleção”, ou seja, é buscar estratégias e recursos que tornem a informação e a experiência oferecidas pelos museus mais acessíveis e enriquecedoras para determinados públicos. A acessibilidade de espaço considerando a eliminação de barreiras e a atitudinal que são atitudes dos funcionários para receber o público com diferenças humanas. Noberto Rocha et al (2021) entende a acessibilidade como algo que “vai além dos aspectos físicos, mas abrange também aspectos

atitudinais e comunicacionais, que estão fortemente relacionados com o acolhimento, a participação e a permanência.” (p. 105)

Inácio (2017) com base em alguns estudos criou uma ferramenta de análise denominada de “indicadores de acessibilidades”, sendo esta uma ferramenta que abrange “teoria e metodologia” (INÁCIO, 2017. p.39) permitindo identificar estratégias de acessibilidade nos espaços de divulgação científica e identificar o potencial de acessibilidade e quais recursos à instituição está ofertado. O autor desenvolveu quatro indicadores, sendo eles, o arquitetônico (1), o atitudinal (2), o comunicacional (3) e o desenho (4), acreditando que “os museus e centro de ciências podem ser avaliados com essa ferramenta na íntegra, tanto no âmbito institucional, quanto no expográfico.” (INÁCIO 2017, p.39)

De acordo com Inácio (2017, p. 42-47) cada categoria dessas tem suas subdivisões, sendo elas:

“1. Indicador Arquitetônico

- 1.a Acesso a instituição
- 1.b Recepção e acomodação
- 1.c Sinalizações informativas

2. Indicador Atitudinal

- 2.a Formação e capacitação de recursos humanos
- 2.b Práticas e Intervenções Inclusivas
- 2.c Recepção e acolhimento
- 2.d Política Institucional

3. Indicador de desenho/design

- 3.a Manipulação
- 3.b Uso equitativo e flexibilidade
- 3.c Conforto e mínimo esforço

4. Indicador Comunicacional

- 4.a Mídias, equipamentos, recursos e afins
- 4.b Comunicação Informativa
- 4.c Comunicação externa e Divulgação ao público” (INÁCIO 2017, p.42-43)

Na esteira desse debate, em um estudo realizado pelos pesquisadores Noberto-Rocha et al. (2021), os autores fazem uma adaptação nos indicadores de acessibilidade elaborado por Inácio (2017), utilizando como ferramenta de análise três tipos de indicadores de acessibilidade sendo eles: a acessibilidade física (1), acessibilidade atitudinal (2) e acessibilidade comunicacional (3). Além dos aspectos físicos, essa acessibilidade abrange também aspectos atitudinais e comunicacionais, que estão fortemente relacionados com o acolhimento, a participação e a permanência.

4. METODOLOGIA

Enquanto metodologia, o estudo segue parâmetros de pesquisa qualitativa (MINAYO, 2002), com vistas a alcançar os objetivos do trabalho em diferentes espaços e etapas. Com isso, foram realizadas visitas aos Museus e Centros de Ciências e entrevistas semiestruturadas com profissionais e gestores dessas instituições (Apêndice 1). As questões exploram diferentes aspectos relacionados a garantias de acesso integral, desafios atitudinais e estruturais, iniciativas pedagógicas, formação dos profissionais, dificuldades enfrentadas por visitantes com TEA e a percepção sobre as condições mínimas de inclusão no museu.

Para Pope e Mays (2005) uma pesquisa qualitativa, o foco está na compreensão das vivências individuais e na interpretação dos elementos sociais.

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão (POPE; MAYS, 2005, p.13).

Minayo (2002) identifica três desafios na análise de dados em pesquisas qualitativas. O primeiro é a "ilusão do pesquisador", resultante da familiaridade com o tema. O segundo desafio é "esquecer os significados" devido ao envolvimento profundo com o trabalho. O terceiro é o "distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa", relacionado à dificuldade de integrar as informações. Para esse estudo, foi importante realizar uma análise cuidadosa das respostas para reter os contextos relevantes. Além disso, a tratativa entre teoria e dados coletados durante as perguntas foram essenciais para a condução e interpretação das entrevistas, trazendo de maneira significativa os resultados e discursões.

O projeto possui a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Rio de Janeiro, sob o Protocolo N° 085459/2019 e Parecer N° 3.555.114, o estudo possibilitou a ampliação da base de pesquisas que fazem essa correlação.

4.1 Locais de estudo

Para a realização deste estudo, foram realizadas entrevistas com os Centros e Museus de Ciências do Rio de Janeiro. Desse modo, com base no guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe (2017), o estudo buscou encontrar em algumas instituições, ações e atividades que fossem voltados a pessoas com transtorno do espectro autista. Entendendo que esses espaços são visitados por estudantes de diferentes idades, considerou-se 17 espaços científico-culturais num primeiro momento, sendo que, desse total, 3 aceitaram a realização de entrevistas e/ou foi possível a adequação entre a agenda dos gestores com o tempo de realização deste estudo. Os 3 espaços foram: Espaço Ciência Viva, a Casa da Ciência e o Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, todos localizados no Rio de Janeiro. Essas experiências proporcionaram a realização do estudo, onde pude visitar os espaços, conhecer a exposição e realizar uma entrevista com os gestores representante dos espaços. Assim, é possível descrever os espaços da seguinte maneira:

O Espaço Ciência Viva, está situado na Avenida Heitor Beltrão, 321, em Saens Pena, Tijuca, Rio de Janeiro. Existe desde 1986 em um galpão de 1600 m² cedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e foi pioneiro como o primeiro museu participativo de Ciências do país, o Espaço Ciência Viva se dedica à divulgação e popularização da ciência. Suas atividades visam não apenas educar, mas também inspirar, motivando a experimentação, descoberta e criatividade. Através de iniciativas dedicadas ao ensino, pesquisa e divulgação em ciências. O diálogo é valorizado como uma ferramenta fundamental na construção do pensamento científico e artístico, proporcionando uma experiência de aprendizado para todos os visitantes.

A Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ dedica-se à divulgação científica, promovendo a interação entre diversas áreas do conhecimento. Sendo um espaço único é um local onde a interdisciplinaridade acontece, proporcionando um ambiente dinâmico para o diálogo entre ciência, arte e cultura. Fundada em 1995, a Casa da Ciência está localizada na Rua Lauro Müller, 3, em Botafogo, Rio de Janeiro e tem sido um centro de inovação, realizando uma série de exposições temporárias ao longo

dos anos. Estas exposições são idealizadas com criatividade e interatividade, adaptadas para refletir as mudanças constantes na sociedade. Há que se afirmar que se trata de uma experiência diversificada e de aprendizado científico.

O Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF) surgiu em 20 de dezembro de 2000 como uma homenagem ao renomado cientista Carlos Chagas Filho, fundador do Instituto de Biofísica. Este museu é um tesouro vivo do Patrimônio Cultural Científico, abrigando uma variedade de itens históricos. Nesse patrimônio, destacam-se o gabinete preservado de Carlos Chagas Filho, além de livros, objetos, documentos originais e material audiovisual que contam a rica história do instituto. O acervo também inclui instrumentos científicos históricos, que narram uma parte essencial da trajetória da ciência brasileira. O papel fundamental do EMCCF é a tríplice: pesquisar, preservar e compartilhar a memória do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) e dos cientistas que contribuíram significativamente para o campo científico. O museu desempenha um papel fundamental na preservação da riqueza científica e cultural, proporcionando uma oportunidade única para os visitantes explorarem o passado e se inspirarem no mundo da ciência.

4.2 Participantes da pesquisa e instrumentos para coleta de dados

No contexto deste estudo, os participantes entrevistados desempenham funções na gestão dos espaços visitados, proporcionando a compreensão das estratégias adotadas para fomentar a inclusão e acessibilidade dentro dos espaços científicos e culturais, sobretudo promover ambientes mais inclusivos para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A opção pelo uso da entrevista semi-estruturada como instrumento de pesquisa foi devido a sua flexibilidade, que possibilita uma compreensão contextualizada das respostas dos entrevistados. Permitindo a flexibilidade necessária para explorar tópicos específicos com a necessidade de manter uma abordagem padronizada, facilitando a análise e comparação dos dados coletados. Para Minayo (2010) e DiCicco-Bloom e Crabtree (2006) entrevista semi-estruturada é um conjunto de perguntas abertas previamente definidas, a

entrevista se desdobra em um diálogo fluido, a partir da interação entre entrevistador e entrevistado, tendo a liberdade de explorar tópicos adicionais que possam surgir durante a conversa. Para Dejonckheere e Vaughn (2019) enfatizam que as perguntas complementares desempenham um papel fundamental, sendo tão significativas quanto às questões planejadas no roteiro.

As perguntas apresentadas no roteiro da entrevista (Apêndice 1) que ocorreu no período entre 18 de outubro de 2023 a 30 de outubro de 2023, tiveram como proposta investigar a acessibilidade e inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto do espaço não-formal, nesse caso, os Centros e Museus de Ciências. Intencionou-se obter informações detalhadas sobre as medidas e iniciativas adotadas pela instituição para garantir que indivíduos com TEA possam participar integralmente das atividades oferecidas pelo museu. As perguntas exploram tanto aspectos atitudinais quanto estruturais, incluindo desafios enfrentados pela instituição, a formação dos profissionais envolvidos, eventuais dificuldades enfrentadas pelos visitantes com TEA e a eficácia das políticas de inclusão adotadas pelo museu. O objetivo é identificar como os espaços abordam a acessibilidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em suas atividades e exposições.

4.3 Ferramenta para análise de dados

A metodologia adotada para a análise de dados neste estudo é a Análise de Livre Interpretação (ALI), proporcionando uma abordagem flexível na interpretação dos dados e permitindo uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das informações coletadas.

Anjos *et al.* (2019) destaca a Análise de Interpretação Livre (ALI) como uma metodologia qualitativa fundamentada em autores como Freire, Demo, Marconi e Lakatos, Minayo e outros. Essa abordagem torna importante a relação entre o campo de pesquisa, o referencial teórico e a metodologia.

A flexibilidade e adaptação ao contexto da pesquisa são enfatizadas no ALI, possibilitando uma análise de livre interpretação que enriquece as experiências do professor-pesquisador. Este estudo baseia-se na interação com o objeto de pesquisa, na reflexão sobre si mesmo e nas interações com

outros, exigindo que o pesquisador desenvolva ideias próprias enquanto incorpora uma linha teórica específica.

No aspecto teórico e metodológico, este estudo se fundamenta em autores dedicados ao tema, assim como aqueles que discutiram categorias essenciais, como educação, formação humana, ciência e acessibilidade; além de outras categorias que são fundamentais para discutir o tema.

[...]por uma linguagem baseada em conceitos, proposições, pressupostos e caminhos de narrativas que se constroem entre o particular e o coletivo, entre o empírico e a sua análise, entre o apresentado e o que ele representa. Logo, o caminho da pesquisa está sempre a ser feito, pois toda metodologia reflete possibilidade de novas descobertas, de novos estares, de crescimento, de amplidão de pensamento. (ANJOS; RÔÇA; PEREIRA, 2019, p.8)

A pesquisa é como uma jornada dinâmica e contínua, em constante desenvolvimento, onde o pesquisador explora e interpreta os dados coletados, permitindo descobertas e compreensões em frequentes aprimoramentos.

5. RESULTADOS

Nesse tópico, apresentaremos os resultados obtidos por meio das falas mencionadas dos entrevistados, forneceremos uma visão detalhada sobre a realidade da acessibilidade e inclusão de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Centros e Museus de Ciências. Desse modo, algumas questões foram levantadas como, por exemplo:

1 - Na sua opinião, quais são os principais desafios atitudinais e estruturais que envolvem a adequada acessibilidade para as pessoas com TEA?'

Olha, o maior desafio, eu acho que são as questões estruturais, né? Porque a gente aprendeu, está aprendendo que a gente tem pelo menos a abertura para ter acessibilidade atitudinal, que a gente descobriu numa mediação com a escola, né? Então, a gente tem essa acessibilidade, então a gente já viabilizou muito mais ela, né. Agora, a estrutural é o que eu acho que é mais difícil, da estrutura porque, assim, em relação à TEA até que não, mas em relação ao prédio que não é acessível, a exposição também, tem uma exposição que precisa... ela não é autoexplicativa, então a gente precisa da mediação, né? Então, tem essas questões que a gente tem que repensar na próxima exposição de fazer ela mais inclusiva e tudo mais. Então, tem coisas que a gente precisa repensar. Em relação à atitudinal, eu acho que seria uma facilidade maior, porque a equipe, ela é muito, assim, mista, entrosada, multidisciplinar e muito aberta ao público. Então, é uma coisa que todo mundo trabalha com muita paixão, assim, muita vontade, muito com a cabeça de trocar experiências, do diálogo, então acho que isso facilita muito. Uma coisa interessante, eu acho que não comentei com você quando a gente conversou. Foi ano passado, que tem uma funcionária lá do Instituto de Biofísica, ela é técnica de laboratório, eu acho, e ela está fazendo mestrado profissional no Instituto de Bioquímica Médica, né, eu vou orientá-la, e ela vai fazer exatamente com a questão de acessibilidade, ela fez uma especialização na UFRJ, e quer fazer o mestrado sobre acessibilidade em museu. Então, ela quer criar alguma coisa, de repente uma visita que seja virtual, mas toda inclusiva. Então, isso é legal, a gente está agora lendo algumas coisas, né, e ela está com essa questão de deixar a exposição que já existe no Carlos Chagas Filho, que é o gabinete, mais acessível, então é um trabalho interessante. Eu não tinha falado com você porque na época eu acho que ela não tinha ainda ido para o mestrado, entrado, então é uma novidade aí **(Gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF))**.

No momento, nosso principal desafio se dá na ausência de pessoal. Nossa equipe é extremamente pequena, o que não nos possibilita desenvolver as ações de forma mais abrangente. Além disso, destaco a alta rotatividade de mediadores. Isso faz com que muitas vezes a capacitação que foi feita precisa ser refeita e majoritariamente no meio de atividades já em curso, o que dificulta muito o andamento delas. **(Gestora da Casa da Ciência)**.

Investimento em capacitação de mediadores a respeito das especificidades do atendimento de pessoas com TEA e criação de adaptações para oficinas que envolvem muitos estímulos sensoriais. **(Coordenadora do Espaço Ciência Viva).**

Fica evidente que os desafios atitudinais são enormes naquilo que envolve a acessibilidade de pessoas com transtorno do espectro autista e, como afirma a gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, há uma necessidade de adaptação do espaço em termos estruturais que envolva a inclusão de todos e no caso específico dos autistas, a gestora indica que o prédio ainda não é acessível como necessário, sendo preciso repensar as exposições e o fortalecimento da equipe que trabalha na instituição. Ao destacar que uma servidora do Instituto de Bioquímica Médica que realiza seu mestrado em acessibilidade em museus observa-se apenas a referência que a entrevistada faz em relação ao tema, mas que não há um programa diretamente composto para o atendimento de estudantes com TEA, durante as exposições e projetos do próprio museu.

Para a coordenadora da Casa da Ciência, a falta de profissionais para o atendimento e mediação dos projetos ainda é um grande desafio um obstáculo ao desenvolvimento científico dos alunos com TEA que visitam o espaço. O mesmo é reafirmado pela gestora do Espaço Ciência Viva, que reconhece a relevância da capacitação dos profissionais, adaptação das oficinas e formas diversas, em que as linguagens sejam trabalhadas no espaço dos museus.

Em outro momento, foi apresentada a seguinte questão:

2 - A gestão do Museu já organizou ou apoiou algum projeto pedagógico sócio ou linguisticamente pensados para diferentes níveis de apoio com pessoas com TEA?'

Não, a gente nunca fez algo especificamente direcionado não. Para falar a verdade, agora que a gente está, sabe, realmente pensando nisso, na importância, não só “a gente tem que fazer porque todo mundo está fazendo”, mas a importância mesmo da gente fazer, da gente ser inclusivo, da gente aprender, né, da gente se atualizar. Então agora que a gente está nesse caminho somente com a [inaudível] está fazendo mestrado, que aí trouxe toda essa questão para a gente. Na nossa conversa no ano passado, eu já tinha, já estava com essa necessidade. Eu acho uma necessidade, né? Não é nenhuma “ah porque a gente tem uma questão de obrigação”, acho que é necessidade dos espaços, dos locais, dos institutos, dos

prédios, da universidade, é uma necessidade. **(Gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF)).**

Não. Todas as iniciativas voltadas para qualquer tipo de capacitação sempre partem da equipe do educativo, não tendo participação a gestão. **(Gestora da Casa da Ciência).**

Não. **(Coordenadora do Espaço Ciência Viva).**

Como pode ser observado, a gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho indica não haver nenhum tipo de projeto direcionado para crianças com TEA, mesmo sabendo que há um esforço em acolher a todos em suas necessidades. Ao destaque de que não há uma obrigatoriedade de que os espaços e institutos sejam adaptados para todo tipo de deficiência, mas que sua consciência acerca da diversidade a mobiliza no sentido de possibilitar a formação e condições adequadas para tal. Nesse aspecto, há que se identificar ações para que todos sejam atendidos. Para a entrevistada da Casa da Ciência, a capacitação da equipe é um caminho necessário para que todos os níveis de apoio sejam contemplados. A terceira pergunta da entrevista envolveu:

3 - Pensando que o Museu é um espaço democrático, quais garantias são dadas para que as pessoas com TEA acessem com integralidade, no total, na sua totalidade esse espaço?

Olha, exatamente, um espaço democrático, apesar da gente não tem a experiência, a gente não tem nenhuma, como você perguntou na pergunta anterior, algum direcionamento, uma atividade especificamente para isso, a gente não tem mesmo, a gente nunca fez nada especificamente, mas isso é uma coisa que eu falo assim, com muita certeza, qualquer público, qualquer pessoa vai no Museu e pode, então não tem essa “Ah, mas esse, como a gente não tem conhecimento, a gente não pode receber você porque a gente não vai saber”, isso a gente não tem não. A gente [fala] “Não, pode vir”, e a gente vai nessa, a gente não tem experiência, mas a gente quer receber vocês, porque essa troca vai acontecer, nem que seja com o professor, com o próprio aluno, com o visitante, então a gente está aberto, né? Então, assim, nesse sentido, não tem nada que nos impeça. Agora, deixando claro que a gente está no processo de entender, de adaptar, isso a gente quer, mas não tem nada, né, como espaço da universidade que é pública, a gente fala muito isso, a universidade é pública, para os alunos, vocês têm que estar aqui, tem que sonhar em estar na universidade, vocês têm que pensar em fazer universidade, é um lugar para vocês estarem. A gente fala muito disso, então... Não tem as garantias, na verdade, que a gente já não pode falar, que a garantia é a abertura que a gente vai ter que receber quem quer que seja. A gente tem que se especializar também, porque tem coisas que às vezes a gente não sabe e erra por ignorando assim, né? Você não saber como... às vezes tem gente

que, de repente, não quer que você fique perguntando muito, não quer que você... tem alguma coisa que não quer toque, que você [inaudível] alguma coisa, um objeto, enfim. Então, saber esses limites, essas diversidades, né? Então, acho que isso a gente tem que correr atrás de entender e essa coisa da atitudinal, nem eu sabia que a gente tinha, nem tinha ouvido falar no termo atitudinal, nem sabia. Depois que alguém que era da área falou “Vocês têm acessibilidade atitudinal”, a gente ficou “poxa, que legal, pelo menos alguma coisa está no caminho certo”. Mas é isso, aquela visita foi realmente, acho que foi uma das visitas mais bonitas e mais interessante que a gente fez e ali, todo mundo no final, a gente mais aprendeu do que qualquer outra coisa. Nunca mais a gente esqueceu, sério, foi muito legal. **(Gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF)).**

Na Casa da Ciência da UFRJ, nosso principal elo entre as atividades e exposições e o público, seja ele com ou sem deficiência, são os mediadores e equipe. Desta forma, ao pensarmos especificamente nas pessoas com TEA, investimos em capacitações que abordem especialmente questões relativas à acessibilidade atitudinal, ressaltando a importância do acolhimento deste público e o respeito aos limites impostos por eles. **(Gestora da Casa da Ciência)**

Acolhimento das necessidades específicas e adaptação dos recursos usados durante a mediação. **(Coordenadora do Espaço Ciência Viva).**

Como indicado pela entrevistada do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, é o museu quem deve estar preparado para receber as diferentes pessoas, independente da sua condição, pois trata-se de uma instituição pública de divulgação científica e que, vinculada a instituições de ensino, tem como papel o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão para todos.

A entrevistada afirma que “a gente tem que se especializar”, demonstrando que há limites no atendimento mediante a diversidade em termos atitudinais e práticos, pois sem dúvida a visita a centros científicos se tornar significativa.

Para a gestão da Casa da Ciência da UFRJ, a acessibilidade atitudinal envolve “acolhimento deste público e o respeito aos limites impostos por eles”. Assim, há uma compreensão a democracia e educação caminham juntos, pois como apontado pelos gestores, trata-se de um fazer social e científico, comprometido com a própria sociedade. Já a coordenadora do Espaço Ciência Viva observa-se a objetividade no trato em relação à questão, com uma consciência acerca da importância do acolhimento das diversidades.

Ainda com foco na formação dos profissionais, questionou-se:

4 - ‘Os profissionais que trabalham no espaço, eles recebem formação continuada para atuarem no acolhimento das pessoas com TEA?’

Especificamente a TEA não, tá? Mas a gente faz uma formação interna nossa, que é muito focado nessa coisa da educação museal, da educação não formal, e da divulgação científica em museus. Então, são assuntos que são muito gerais, assim, mais associados à nossa atuação, mas a gente pensa num público diverso, mas não especificamente no público do espectro autista, isso não. Então essa, ou de alguma deficiência, sabe, a gente não tem, a gente não tem feito essa formação especificamente, e algo que a gente precisa, essa é uma [inaudível]. Então, eu estou muito esperançosa de ter, com essa aluna do mestrado, que a gente vai trazer para nossa temática de discussão, de formação, essas questões. A gente chegou já a fazer alguma coisa com ela, uma reunião, mas ainda está muito incipiente. A gente precisa discutir isso, ou se especializar, fazer cursos, enfim, tem algumas coisas na UFRJ nesse sentido, e eu sempre estou falando com os alunos que a gente precisa estar se atualizando e estar aprendendo, estar fazendo uma formação. Então nós ali dentro do museu, a gente não tem, eu preciso. Então, a gente precisa junto correr atrás dessa formação, ou esses tipos do Transtorno do Espectro Autista ou Algum outro campo de deficiência, né? Então, especificamente não. **(Gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF)).**

Não. Somente a equipe do educativo (e aqui incluindo os mediadores), realizam capacitações constantes na área. **(Gestora da Casa da Ciência).**

Não, porém existe o objetivo de promover um curso de formação em 2024 a respeito do assunto. **(Coordenadora do Espaço Ciência Viva).**

Como pode ser observado, apesar das leis reafirmarem que todas as instituições e que os profissionais devem estar preparados para o atendimento das pessoas com deficiência, a atuação fica limitada à falta de preparação muitas vezes, é importante estar comprometidos com uma educação inclusiva, sobretudo estar preparado para o acolhimento das pessoas com TEA, para que tenha acesso às exposições e atividades em sua totalidade. A entrevistada da Casa da Ciência indica que é fundamental a capacitação que não existe atualmente e, do mesmo modo, a gestora do Espaço Ciência Viva destaca que, atualmente, não há nenhum tipo de recurso ou promoção de ações que envolva o tema.

Na busca de mapeamento sobre as dificuldades enfrentadas todas por estudantes com TEA nas visitas, questionou-se:

5 - Algum visitante com TEA teve dificuldade em acessar o conhecimento disponível no espaço? E qual foi a dificuldade?

No museu, não. A gente... isso é interessante, tem uma escola que a gente tem parceria em Rocha Miranda, é uma escola que tem uma coisa, assim, de inclusão muito forte. Então as crianças que visitam têm vários tipos de deficiências. Alguns tem deficiências assim, tipo, tem uma cadeirante, tem baixa visão e tem também do espectro autista. Esse menino é muito bem quietinho, assim, ele não é muito de interagir e falar. Só que teve uma visita que eles estavam fazendo e ele estava ali, sem querer interagir muito, mas prestando atenção, a gente vê que ele está prestando atenção, mas ele lá na dele, né? E aí, a gente super respeitando. Mas quando ele foi pro laboratório, que a gente faz a visita no museu e vai para o laboratório, e cada um vai ter o seu insight educativo, né, muito pessoal, a educação é pessoal, e quando ele foi pro laboratório teve alguma atividade lá que fez um start nele de interesse, que eu não sei se foi alguma coisa com microscópio, eu acho que ele conseguiu ver aquela célula que a pessoa estava falando, ele pôde olhar. Ele ficou tão interessado naquilo e até a professora que acompanhava ele, como é que chama a pessoa que fica? Tem a professora da turma e tem a pessoa que fica mais ligado ao aluno, especificamente, né? Ela falou para a gente “Nossa, eu nunca vi...”, quer dizer, não que nunca viu, mas chamou atenção o interesse, porque realmente ele ficou perguntando, do nada, assim, ele mudou muito e ficou muito interessado. Então, é assim, é uma atividade, né, que é oferecida, e a gente já tinha feito com outras crianças, mas deu aquela ligação. E aquela outra visita também, você vê, é muito diverso, não tem como a gente é saber, né? Mas, por isso que é importante o diálogo e ter uma diversidade. Aí era uma visita que a gente falou do teste antidoping, que era feito com urina de cavalo, um dos primeiros testes foi feito no Brasil, e quando falou do cavalo, ele fazia isso e aí pronto, tornou-se um caso, né? Aí inclusive, eu não sei, eu não lembro qual era a deficiência, se era do espectro autista, ou ele tinha alguma outra, enfim. Mas eu sei que (...) **(Gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF))**.

Acredito que sim. Não posso dizer isso por todos, mas quando há lotação do espaço, muitos visitantes com TEA ficam bastante desconfortáveis, mas isso se dá pela limitação de espaço que temos. **(Gestora da Casa da Ciência)**.

Sim, houve o caso de uma criança dentro do espectro autista, acompanhada por uma professora, que permaneceu isolada durante o atendimento. A professora não teve sucesso em introduzir a criança em atividades e não havia no museu um mediador capacitado para lidar de forma correta com a situação e iniciar um contato. **(Coordenadora do Espaço Ciência Viva)**.

Quando a gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho afirma que as instituições que visitam o Espaço estão comprometidas com a inclusão, essa perspectiva só vem acrescentar para o museu, pois todos estão comprometidos com o incentivo e a busca do conhecimento. Ela também afirma que “diálogo e diversidade” são o ponto principal para uma transformação no que envolve a inclusão destes estudantes. Para as gestoras

da Casa da Ciência e do Espaço Ciência Viva, os desafios para desenvolver uma prática de ensino inclusiva ainda são influenciados pela necessidade de mediação e o “desconforto” em entender os limites, mas ao mesmo tempo, indicar possibilidades. Como resultado observou-se que há uma mudança na abordagem do tema inclusão e que, no caso das instituições, todos estão preocupados com a formação de profissionais, na acessibilidade e a estrutura para tal. E todos ganham com os aspectos inclusivos e pedagógicos sendo colocados em prática para o desenvolvimento dos alunos com TEA. As atividades e os trabalhos realizados todos caminham no entendimento de que é preciso incluir, independente da formação atual dos profissionais.

Ao término das entrevistas, questionou-se:

6 - Você entende que o museu atende às condições mínimas de inclusão?

Sim, mas Ana, a gente acha que é atitudinal a primeira coisa, mas a gente está caminhando ainda, cara, ainda está muito longe do mínimo ainda necessário, eu acho, entendeu? Só tem isso, só tem a questão atitudinal, só não, não que seja pouco, mas a gente já tem isso. Mas tem muita coisa, pensando em exposição, a exposição que já existe vamos pensar em outra, que ela seja mais inclusiva, que tenha a coisa que se a gente fizer visita virtual, que tenha também coisas de acessibilidade, que tem um nome também específico para isso, eu quero aprender como, os termos que precisa falar, mas assim, são coisas que são fáceis de fazer, né? São viáveis de fazer, né? Eu até estava falando com o diretor, o prédio, por exemplo, o prédio ali do CCE, não sei se você conhece, não é nada excessiva, né? Você viu que tem uma rampa na entrada, fizeram uma rampa no estúdio do biofísica super inclinada. Ele falou “Não, a gente tem uma rampa”, eu falei “que é uma rampa que nenhum cadeirante consegue descer aquilo sozinho, muito menos subir sozinho”, que a rampa não tem o ângulo certo. Não, é quase... Então, assim, o elevador, se pudesse colocar ali. Enfim, são muitas coisas que a gente pode pensar em fazer e a gente, o importante é que comece a pensar nisso, né? Que antigamente ninguém pensava. Eu falei para ele, para o diretor, eu falei “Se alguém quiser fazer uma pesquisa no segundo andar, não tem como, o segundo andar não tem rampa, só escada. E se for uma pessoa cadeirante? Não consegue”, então a pesquisa só pode ser feita, o pesquisador que pode se locomover, essa deficiência que você não vai conseguir ir para o laboratório. Coisas boas assim, mas é um fato. Isso, sem deficiência pode usar, e aquela ali é muito ruim, inclusive. Em mesma para subir, me dá um pouco de medo, que ela é muito íngreme. Mas assim, então o museu, ele está no mínimo. Não desmerecendo o atitudinal, acho que isso é muito importante, imagina se você tem um museu todo acessível e, quem recebe, má vontade, ou não entende, ou não está nem aí. E isso você vê até a gente, né? A gente, de repente, vai fazer uma visita para pessoas sem vontade nenhuma, é totalmente diferente a visita quando alguém já te recebe com vontade, com abertura. Então a gente tem, talvez, o mínimo, mas assim, o mínimo mesmo, a gente precisa ainda caminhar muito. Pena que eu não posso, com o teu trabalho, a gente não consegue nem ajudar, assim, de contribuir, a

gente mais quer aprender do que... A gente não consegue nem contribuir. Talvez se fosse um museu que tivesse uma super acessibilidade [fala] “Olha, a gente faz assim, a gente faz assado, a gente faz não sei o que”, para o trabalho a gente não contribui. Mais importante talvez seja o espaço museal, cultural, além de correr atrás, de saber que precisa ser acessível e ter a questão da inclusão, mas é uma necessidade, acho que esse é um ponto. “Aí não vou fazer porque a universidade não está focalizando nisso, porque a gente tem que fazer também”, mas acho que é uma necessidade nossa, é uma necessidade nossa, sabe? Porque o mundo está assim, é a diversidade, a diferença, então a gente precisa, é uma necessidade, sabe? Não é só porque a gente tem que fazer, porque a lei está assim, porque olha, vão ver daqui, e vão ver aqui, não, é uma necessidade mesmo, e quem ganha com isso é a gente. **(Gestora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF))**.

Acredito que não. Fazemos o máximo possível, dentro das possibilidades, utilizando de parcerias, para deixar a Casa o mais inclusiva possível. No entanto, por conta da ausência de equipe, muitas atividades não conseguem ser desenvolvidas. O espaço é bastante adaptado no que diz respeito à questões físicas e estruturais. Além disso, destaco a acessibilidade atitudinal promovida pela equipe de mediadores. No entanto, temos muito em que avançar. **(Gestora da Casa da Ciência)**.

Sim, embora constantemente buscando melhorar. **(Coordenadora do Espaço Ciência Viva)**.

Diversos aspectos contribuíram para essas respostas, sendo que, como afirma a gestão do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, questões atitudinais, técnicas e estruturais estão presentes no desenvolvimento da educação para que esta seja mais democrática. Isso faz com que haja uma organização mais intensa dos gestores da instituição com a finalidade de acolher as pessoas com deficiência dando a elas maior acessibilidade e acompanhamento durante as visitas. As rampas, elevadores, tecnologia assistiva são apontadas e como necessárias, isso faz com que o desenho universal seja acompanhado pela mudança da própria instituição. Vale o destaque que, a consciência dos profissionais sobre a fragilidade nas condições de trabalho não é algo específico, é algo coletivo, e que a diversidade e a diferença caminham juntas da prática pedagógica de inclusão independentemente da quantidade de horas de formação disponíveis para os profissionais. Para a gestora da Casa da Ciência, há uma série de parcerias que estão sendo estabelecidas entre instituições com foco na mediação do conhecimento para os estudantes com TEA e que, para os gestores do Espaço Ciência Viva, atualmente, há uma busca contínua por melhoramentos de práticas inclusivas, atendendo a todos.

6. DISCUSSÃO

Este estudo contribuiu com a apresentação das respostas, como resultado das entrevistas semi-estruturadas, com o foco de compartilhar, a importância dos Centros e Museus de Ciências como instituições que, vinculadas a práticas de inclusão, visam corresponder aos interesses sociais e privados, para atender necessidade do estudante, seja ele deficiente ou não. Kulik e Fletcher (2016).

Para Montoan (2015, p.33) a inclusão está “penetrando pouco a pouco”. Outro elemento que vale ressaltar é que, quando a instituição se prepara para o atendimento das crianças com deficiência, todos ganham, pois a adequação das atividades, projetos e ações faz com que a atenção se volte às relações de ensino-aprendizagem, independente da condição da criança.

Logo, há de se pensar em museus inclusivos, mas ao mesmo tempo, numa sociedade inclusiva e que não discrimina ninguém independente de suas questões físicas, intelectuais, sensoriais, motoras ou atitudinais. Para Noberto Rocha *et al.* (2020) sugere algumas ações para promover a acessibilidade e inclusão em instituições como museus e centros de ciências:

[...] seria importante capacitar os recursos humanos, aumentar a conscientização dos gestores e tomadores de decisão e fomentar iniciativas que familiarizem as pessoas com as leis e normas locais e nacionais que garantem os direitos de pessoas com deficiência e seu acesso a esses estabelecimentos públicos. (NOBERTO ROCHA *et al.*, 2020, p.151)

No que concerne às adaptações de atividades, a entrevista apontou para a necessidade de formação para os educadores dos Centros e Museus de Ciências, ressaltando que no momento não existe recursos ou iniciativas para receber o público com transtorno do espectro autista. Para Perreira *et al.* (2023) a proposta de disponibilizar adaptações para exposição tais como:

[...] a educação científica deve priorizar um ensino ancorado em estratégias diversificadas, com alternância de metodologias, de modo a promover o protagonismo do aluno e sua interação com o meio [...]. A estimulação por meio de metodologias adequadas que promovam a inclusão tende a facilitar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a potencializar mudanças positivas no perfil comportamental, cognitivo, social e emocional da criança com TEA. (PEREIRA, *et al.*, 2023, p.5)

Quanto aos desafios estruturais e atitudinais, ainda há necessidade de adequações estruturais e que a acessibilidade atitudinal é uma prática que ocorre no âmbito social e que ainda representa um desafio significativo. Cohen *et al.* (2012) menciona que acessibilidade vai além das estruturas arquitetônicas “ter acesso e [poder] percorrer, ver, ouvir, tocar, sentir bens culturais” e promover uma abordagem afetiva e emocional é fundamental para oferecer um acolhimento significativo aos visitantes, especialmente àqueles com necessidades específicas, neste caso, pessoas com TEA (NOBERTO ROCHA *et al.*, 2019 p.12).

Noberto Rocha *et al.* (2021) destaca a importância de fortalecer uma política institucional voltada para a promoção da acessibilidade e que os Centros e Museus de Ciências se dediquem a recursos para a capacitação e ao aprimoramento dos profissionais. Noberto Rocha cita “a falta de profissionalização desses atores, a informalidade e vulnerabilidade do cargo também são destacadas em outros estudos”.

Ao analisar a preparação inicial e contínua dos profissionais que desempenham suas funções em museus, Noberto Rocha *et al.* (2021, p.116) menciona a “necessidade de investimento em formação, tanto inicial e quanto continuada; mas também aprofundada e prática.” Conforme destacado pelos entrevistados, sublinha-se a importância de fornecer capacitação, a fim de preparar os profissionais para receber o público com o Transtorno do Espectro Autista.

E diante do exposto, é evidente que alguns museus têm se esforçado para se ajustar e acolher o público com deficiência, tal como observamos nos Centros e Museus participantes deste trabalho. No entanto, reconhece-se que ainda há muito a ser feito. A criação de um ambiente acessível implica na garantia de todas as oportunidades de acesso e compreensão que a oferta desses espaços deve ser seguros, especialmente para o público com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que possam acessar as exposições com autonomia. Norberto Rocha e colaboradores (2020) sugerem que nas investigações futuras deverão avaliar o vínculo entre o relato pessoal de acessibilidade e a realidade observada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo em muito contribuiu para reflexão sobre como estes e tantos outros espaços institucionais precisam se adequar às especificidades das pessoas com TEA. O objetivo geral foi alcançado, fornecendo uma análise das necessidades de adaptação dos espaços, Centros e Museus de Ciências, para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pergunta da pesquisa foi respondida de forma considerável, destacando a importância da sensibilização, formação e comprometimento ético dos profissionais para promover ambientes inclusivos em instituições culturais e educacionais.

Isso porque, não basta simplesmente ter políticas públicas de inclusão, não é suficiente para torná-las eficientes, a menos que tenha indivíduos com a formação e a sensibilidade necessárias para acolher e apoiar esses estudantes. Para Noberto Rocha *et al.* (2020, p.151) “conhecimento das proteções legais não garante sua aplicação, o que exigiria uma série de investimentos, planos, programas e iniciativas” sendo necessário que a lei de fato seja “monitorada e avaliada”.

Portanto, é fundamental ir além das regulamentações e diretrizes que buscam categorizar ou normatizar pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), este estudo foi demonstrando o que há de mais humano por trás das relações entre os profissionais que trabalham nessas instituições e seus visitantes.

Isso porque, boa parte desses profissionais foi indicando, durante o estudo, o interesse em conhecer mais sobre o tema e, ao mesmo tempo, as fragilidades da formação deles. Muito mais do que a legislação, conforme Oliveira (2015) é fundamental o senso de dever e o cumprimento ético com o exigido nas áreas de inclusão faz com que inúmeros profissionais, dentre eles professores, guias dos museus, gestores e tantos outros se voltem à causa por uma decisão consciente de incluir a todos.

REFERÊNCIAS

ABREU, W.; NORBERTO ROCHA, J.; MASSARANI, L.; INACIO, L. G. B.; MOLENZANI, A. O. **Acessibilidade em planetários e observatórios astronômicos: uma análise de 15 instituições brasileiras.** JCOMALJournal of Science Communication – América Latina, v. 2, n. 2, novembro de 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado.** 5. ed. [estado ou local]: Artmed, 2023.

ANJOS, M. B., RÔÇAS, G., PEREIRA, M. V. (2019). **Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico.** Ensino, Saúde e Ambiente, v. 12, n. 3, 11 de dezembro 2019.

ARENDDT, H. **A dignidade da política: ensaios e conferências.** Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1993.

BRASIL. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Brasília: Diário Oficial da União. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Brasília: Diário Oficial da União, 6 jul. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.** Brasília: Diário Oficial da União. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Brasília: Diário Oficial da União, 15 jan. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/** Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020.** Ministério da Cultura: Brasília, 2010. Disponível em:<Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf> >. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. **Acessibilidade a Museus.** Cadernos Museológicos, v. 2, p. 190. Brasília. 2012. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

CRIPPA, José Alexandre de Souza (coord.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM -5 -TR. 5, texto revisado. Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2023.

CROCHIK, José Leon. **Aspectos que permitem a segregação na escola pública**. Educação especial em debate. Tradução. São Paulo: Casa do Psicólogo/CRP, 1997. . Acesso em: 22 de outubro 2023.

DATA & STATISTICS ON AUTISM SPECTRUM DISORDER. Centers for Disease Control and Prevention, 2022. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>> Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

DAWES, T. P. (2015). **Produção de material didático: comunicação, interação e estimulação de Libras no museu itinerante ciências sob tendas**. (Dissertação de mestrado). Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.o.jsf?popup=true&id_trabalho=3540148. Acesso em: 25 de out. de 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DEJONCKHEERE, M.; VAUGHN, L. M. **Semistructured interviewing in primary care research: a balance of relationship and rigour**. Family Medicine and Community Health, v. 7, n. 2, p. 1-8, 2019.

DICICCO-BLOOM, Barbara; CRABTREE, Benjamin F. **The qualitative research interview**. BlackwellPublishingLtd, v. 40, p. 314-321, 2006.

GRUPO MUSEUS E CENTROS DE CIÊNCIAS ACESSÍVEIS; INSTITUTO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **PublicAcessibilidade: mapeamento de produções acadêmicas sobre acessibilidade, museus e divulgação científica**. Disponível em: <https://grupomccac.org/publicacessibilidade/>. DOI: 10.13140/RG.2.2.16928.81920. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

INACIO, L. G. B. **Indicadores de acessibilidade em museus e centros de ciências: aplicação na Caravana da Ciência**. Monografia de Especialização em Ensino de Ciências—Ênfase em Biologia e Química. Rio de Janeiro, Brazil: Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), 2017.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (IPM). Coleção Temas de Museologia: **Museus e Acessibilidade**. Lisboa: Instituto Português de Museus (IPM), 2004. Disponível em: <www.ipmuseus.pt> Acesso em: 30 de outubro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>> Acesso em: 30 de outubro de 2023.

KULIK, T. K.; FLETCHER, T. S.; **Considerando a experiência museológica de crianças com autismo**. Curator the museum journal, volume 59, edição 1, p. 27-38. Janeiro de 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley>>

com.translate.google/doi/abs/10.1111/cura.12143?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc> Acesso em: 30 de outubro de 2023.

LEYTON, D. Visitas mediadas + experiências poéticas. In: LEYTON, D. **Educação e acessibilidade: Experiências do Museu de Arte Moderna de São Paulo**. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2018. p. 19-27.

MAENNER MJ, Shaw KA, BAKIAN AV, et al. **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years** — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. *MMWR Surveill Summ* 2021;70(No.SS-11):1–16. DOI: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7011a1> Disponível em: <<https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/ss/ss7011a1.htm#suggestedcitation>> Acesso em: 04 de novembro de 2022.

MARTINS, P. R. (2013). **A inclusão social tem influência nas práticas museais? O acesso dos públicos com deficiência**. *Midas*, 2, 1-13. Madrid, España. Disponível em: <http://midas.revues.org/246>. Acesso em: 30 de outubro de 2023

MASSARANI, L; NORBERTO ROCHA, J. (org.) **“Deficiência, Acessibilidade e Divulgação Científica”**. *Revista Interfaces Científicas – Humanas e Sociais – Vol. 9, n.1 - (2021)* Aracaju - Grupo Tiradentes – Edunit. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n1>

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. In: *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 267.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F . **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Capítulo IV.

MONTOAN, M. T. E. ; **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?**. 1ª edição. São Paulo. Summus editorial, 2015.

Museu da Vida/ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: RedPOP; Montevideu: Unesco, 2017. Disponível em:< <http://grupomccac.org/publicacoes/> >. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

NORBERTO ROCHA, J. (org.). **Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios**. - Rio de Janeiro: Fundação Cecierj/Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), 2021.

NORBERTO ROCHA, J. (org.) et al. **Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe**. Ilustrado por Barbara Mello. – Rio de Janeiro: Museu da Vida/ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: RedPOP; Montevideu: Unesco, 2017.

NORBERTO ROCHA, Jessica; ALVARO, Marcela; MASSARANI, Luisa; DE ABREU, Willian Vieira. **Acessibilidade em Museus De Ciência: A Perspectiva de Mediadores Brasileiros**. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 103–120, 2021. DOI: 10.17564/2316-3801.2021v9n1p103-120. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9511>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

NORBERTO Rocha, Jessica & Massarani, Luisa & Abreu, Willian & Inacio, Luiz & Molenzani, Aline. (2021). **Investigando acessibilidade em museus e centros de ciências latino-americanos.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351069002_Investigando_acessibilidade_em_museus_e_centros_de_ciencias_latino-americanos. Acesso em: 30 de outubro de 2023

NORBERTO Rocha, Jessica & Massarani, Luisa & Abreu, Willian & Inacio, Luiz & Molenzani, Aline.(2020). **Investigating accessibility in Latin American science museums and centers.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/BC57wXzXMZbCCntbtHJf3QL/?lang=en>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, M. **Cultura e inclusão na educação em museus:** processos de formação em mediação para educadores surdos. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

PEREIRA, Grazielle Rodrigues et al. Educação científica para crianças com transtorno do espectro autista durante a pandemia da COVID-19. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 8, n. 1, p. 1-25, 2023.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde.** 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. p118.

RIBEIRO, G. G. (2014). **Acessibilidade em museus e centros culturais: estudos de caso com base no desenho universal.** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.o.jsf?popup=true&id_trabalho=1584688. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

ROMERO, P. Transtorno do espectro autista: autismos nos museus. In: Norberto Rocha, J. (Org). **Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios.** Rio de Janeiro: Fundação Cecierj/Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), 2021. p. 57-64.

SABINO, P. R. (2017). **Design universal na arquitetura de exposições museológicas: aspectos inclusivos sob a perspectiva do público.** (Tese de doutorado). Escola de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AU9PSA>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade.** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SARRAF, Viviane Panelli (2013). **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças**. (Tese de doutorado). Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=126974. Acesso em: 17 de outubro de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão**. Revista Reação, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012, p. 14-16.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. Disponível em: < <https://adww.online/por-falar-em-classificacao-de-deficiencias/> > Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

TOJAL, A. P. F. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. 2007. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UNESCO. **A guide for ensuring inclusion and equity in education**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2017.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1 – Pensando que o museu é um espaço democrático, quais garantias são dadas para que pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) acessem com integralidade esse espaço?

2 - Na sua opinião, aqui na instituição, quais são os principais desafios atitudinais e estruturais que envolvem a adequada acessibilidade para pessoas com TEA?

3 – A gestão do museu já organizou ou apoiou algum projeto pedagógico sociolinguisticamente pensados para os diferentes níveis de apoio às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

4 – Os profissionais que trabalham aqui recebem formação continuada para atuarem no acolhimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

5 - Algum visitante com TEA teve dificuldade em acessar o conhecimento disponível aqui no Museu? Como e qual foram essas dificuldades?

6 – Você entende que o museu atende às condições mínimas de inclusão?